

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca
Deputado Pompílio Canavez

MSC
MSC

Presidente
Vice-Presidente



Deputada Liza Prado	BPS
Deputado João Leite	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado Romeu Queiroz	BPS
Deputado Anselmo José Domingos	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Gilberto Abramo	MSC
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BPS
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC
Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIENCIA**Reuniões Ordinárias****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputada Ana Maria Resende	BTR	Presidente "ad hoc"
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR



Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS
Deputada Rosângela Reis	BPS
Deputado Antônio Lerin	BPS
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC
Deputado Vanderlei Miranda	MSC

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Pompílio Canavez	MSC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Duílio de Castro	BPS
Deputado João Leite	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vítor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira MSC
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BTR Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio BPS
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Júlio MSC
Deputado Ulysses Gomes BMC
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Rogério Correia MSC
Deputado Ivair Nogueira BMC
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir BPS Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Hely Tarquínio BPS
Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Ivair Nogueira MSC

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sávio Souza Cruz MSC Presidente
Deputado Tiago Ulisses BPS Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado Carlos Henrique MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes MSC
Deputado Rômulo Veneroso BPS
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR



Deputado Fábio Cherm
Deputado Antônio Júlio

BPS
MSC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão
Deputado Fred Costa
Deputado Bosco
Deputado Antônio Lerin
Deputado Carlin Moura

MSC Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão
Deputado João Leite
Deputado Sebastião Costa
Deputado Rômulo Veneroso
Deputado Celinho do Sinttrocel

MSC
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Fabiano Tolentino
Deputado Rômulo Viegas
Deputado Romel Anísio
Deputado Doutor Viana

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romeu Queiroz
Deputado Luiz Humberto Carneiro
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Antônio Lerin
Deputado Rogério Correia

BPS
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir
Deputada Ana Maria Resende
Deputado Luiz Henrique
Deputado Deiró Marra
Deputado Gilberto Abramo

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BTR
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado João Leite
Deputado Bosco
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Antônio Júlio

BPS
BTR
BTR
BTR
MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Doutor Wilson Batista
Deputado Neider Moreira

BTR Presidente
BPS Vice-Presidente
BPS
BTR



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BPS
Deputado Duílio de Castro	BPS
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Almir Paraca	MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR
Deputado Durval Ângelo	MSC
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputada Rosângela Reis	BPS	Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	Vice-Presidente
Deputado Romeu Queiroz	BPS	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir	BPS
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Antônio Genaro	BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Adalclever Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC
Deputado Carlin Moura	MSC
Deputado Fábio Cherem	BPS
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR

**COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO****Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado	Presidente
Deputado	Vice-Presidente
Deputado	
Deputado	
Deputado	
Deputado	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado

Ouvidor Parlamentar:

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****7 - ERRATAS**



ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DO SR. JOSÉ ÉLCIO SANTOS MONTEZE PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO DER-MG, EM 24/3/2011

Às 9h18min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tiago Ulisses, Gustavo Valadares, Adalclever Lopes e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adalclever Lopes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder a arguição pública do Sr. José Elcio dos Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do DER-MG, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Romeu Queiroz, Carlos Mosconi e Duílio de Castro. O Presidente passa a palavra ao referido candidato para sua explanação. O Deputado Tenente Lúcio passa a Presidência ao Deputado Bonifácio Mourão, que assume a direção dos trabalhos. Em seguida, o Presidente passa a palavra aos membros da Comissão, cada um por sua vez, para que façam os questionamentos, que são respondidos pelo indicado, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência agradece a participação do Sr. José Elcio dos Santos Monteze e suspende a reunião por alguns minutos. Reabertos os trabalhos, verifica-se a presença dos Deputados Tiago Ulisses, Gustavo Valadares e Adalclever Lopes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela aprovação da Indicação nº 16/2011 (relator: Deputado Gustavo Valadares). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de março de 2011.

Bonifácio Mourão, Presidente - Tiago Ulisses - Gustavo Valadares - Adalclever Lopes - Tenente Lúcio.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/4/2011

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Luiz Henrique e Elismar Prado (substituindo o Deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relator o Deputado Luiz Henrique: Projetos de Lei nºs 40 e 47/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 40 e 47/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Ana Maria Resende - Maria Tereza Lara - Célio Moreira.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/4/2011

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofícios do Sr. Antônio Rogério Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, e outros Vereadores do mesmo Legislativo, publicado no "Diário do Legislativo", em 9/4/2011; e do Sr. Agostinho Patrus Filho, Secretário de Turismo, justificando sua ausência na reunião de audiência pública de 14/4/2011. O Presidente informa que estão presentes na reunião as Sras. Iracema Barbosa Marques, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho de Uberlândia, e Kátia Santiago Guimarães, assessora. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado em turno único, o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 481/2011 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Luiz Carlos Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater com os acionistas da Usiminas o futuro da siderúrgica em Ipatinga; Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Defesa pedido de providências



para buscar ações para impedir que o corte no orçamento de sua Pasta em 2011 possa prejudicar a produção da Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel - em Minas Gerais; e seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, no Município de Varginha, para tratar da Copa do Mundo de 2014; Tenente Lúcio em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, no Município de Uberlândia, para debater temas relativos à Copa do Mundo de 2014. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Vanderlei Miranda.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/4/2011

Às 10h15min, comparecem na sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga os Deputados Adalclever Lopes e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Luiz Carlos Miranda. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, considera-a aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a modernização e ampliação do Aeroporto da Usiminas e comunica o recebimento de ofício da Deputada Rosângela Reis justificando sua ausência na reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Robson Gomes da Silva, Prefeito Municipal de Ipatinga; Nardyello Rocha Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga; Nívio Pinto de Lima, Coordenador Regional do DER-MG no Vale do Aço, representando Carlos do Carmo Andrade Melles, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Joaquim Correia de Melo, Prefeito Municipal de Santana do Paraíso; Sérgio Mendes Pires, Prefeito Municipal de Timóteo; Afonso Celso Flecha de Lima Álvares, Assessor de Relações Governamentais da Usiminas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Luiz Carlos Miranda, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente - Celinho do Sinttrocel - Anselmo José Domingos.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/4/2011

Às 14h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" no dia 7/4/2011: ofício do Sr. José Adão da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Frutal. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 242/2011, no 1º turno, do qual designou o Deputado Sargento Rodrigues como relator. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 247/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 174/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Tereza Lara, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 396 e 418/2011. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 40/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Sargento Rodrigues (3) em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para apurar denúncias de irregularidades praticadas por servidores do Presídio Professor Jacy de Assis, em Uberlândia; seja realizada reunião de audiência pública para debater a implantação de medidas de segurança na Copa do Mundo e na Copa das Confederações; seja realizada reunião para ouvir o Cel. BM Sílvio Antônio de Oliveira Melo, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, sobre a Operação Carnaval, realizada este ano no Estado; da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Ipatinga, para debater a segurança pública na Região Metropolitana do Vale do Aço; do Deputado Luiz Carlos Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Engenheiro Caldas, para discutir a segurança pública na Comarca de Tarumirim, em especial a ausência de efetivo policial e material; do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Participação Popular e de Educação, Ciência e Tecnologia, no Município de Juiz de Fora, para debater as condições precárias na segurança de algumas escolas da rede estadual desse Município, em especial a ocorrência de enfrentamento entre gangues, agressões e a morte de um adolescente. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o aumento da criminalidade na região Centro-Sul de Belo



Horizonte, em especial no Bairro Santo Agostinho. Logo após, é aprovado o relatório da visita realizada, no dia 24/3/2011, ao presídio de Monte Carmelo. Em seguida, é fixado novo horário das reuniões ordinárias para terça-feira, às 9 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 27/4/2011****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Doutor Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Faop. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Coronel PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do IPSM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Élcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Ipem. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Ruralminas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente do Ipsemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Octávio Elisio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Hidroex. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica (Ex-Projeto de Lei nº 4.541/2010). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 27/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 27/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 70/2011, do Deputado Fred Costa.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 196/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 331/2011, do Deputado Bosco; 376/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; e 462/2011, do Deputado Cássio Soares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 105/2011, do Deputado Elismar Prado; 692/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 543/2011, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 437 e 438/2011, do Deputado Neilando Pimenta; 442/2011, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 601/2011, do Deputado Arlen Santiago.



No 1º turno: Projetos de Lei nºs 213/2011, do Deputado Elismar Prado; 438/2011, do Deputado Célio Moreira; 519/2011, do Deputado Mauri Torres; 540 a 542/2011, 594 e 667/2011, do Governador do Estado; e 821/2011, do Deputado Fred Costa.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 398/2011, do Deputado Bosco, e 414, 415 e 463/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 126/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 464 e 465/2011, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 27/4/2011, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes de Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais; José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins; Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação



de Arte de Ouro Preto; Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; Coronel PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais; Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado; José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente; Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais; José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais e Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/1957; e 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de abril de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Tadeuzinho Leite, Adelmo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/5/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentar em audiência pública o Projeto Varginha na Copa e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.

Marques Abreu, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 210/2011

Comissão de Administração Pública Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Elismar Prado, “dispõe sobre a divulgação do telefone da Ouvidoria da Polícia através da frota oficial da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais”.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, I, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise pretende tornar obrigatória a divulgação dos números dos telefones da Ouvidoria de Polícia nos veículos das frotas dos órgãos oficiais de segurança pública.

Ao analisar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela sua juridicidade e apresentou um substitutivo, propondo a inserção, na Lei nº 15.298, de 6/8/2004, que criou a Ouvidoria-Geral do Estado, de dispositivo com a previsão de que o número do telefone da Ouvidoria de Polícia seja divulgado também nos veículos do Sistema Prisional e Socioeducativo do Estado.

Esta matéria já foi analisada por esta Comissão na legislatura passada, ocasião em que se ressaltou que “a criação das ouvidorias de polícia no País é uma conquista da sociedade. Está relacionada à consolidação do processo democrático e à organização dos movimentos sociais na área dos direitos humanos.

Em Minas Gerais, a Ouvidoria de Polícia foi criada pela Lei nº 12.622, de 25/9/97, alterada pela Lei nº 12.968, de 27/7/98, e, posteriormente reestruturada pela Lei nº 15.298, de agosto de 2004, que criou a Ouvidoria-Geral do Estado. Desde então, a Ouvidoria de Polícia passou a integrar-lhe a estrutura orgânica como área específica.

A Ouvidoria de Polícia é um canal aberto com a população. O cidadão pode utilizar o serviço para fazer reclamações, sugestões, críticas ou elogios da atividade policial. Também é de sua competência receber denúncia de qualquer pessoa, civil, militar ou outro servidor público, contra agentes policiais. No caso, a Ouvidoria deve verificar a pertinência da denúncia e propor aos órgãos competentes as medidas necessárias. É também de sua responsabilidade trabalhar para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas polícias à população, promovendo pesquisas, palestras, seminários e mantendo, nas escolas e academias de polícia, em caráter permanente, cursos sobre democracia, cidadania, direitos humanos e o papel da polícia. As denúncias podem ser apresentadas pessoalmente ou por entidades ou, ainda, por qualquer meio de comunicação, inclusive quando o denunciante preferir o anonimato”.

Como alerta o autor da proposição em sua justificativa, muitas denúncias deixam de ser feitas pela falta de conhecimento da existência do referido órgão. Assim, a divulgação do número de telefone da Ouvidoria de Polícia certamente pode constituir-se como mais um canal de diálogo da sociedade com a administração pública, para que esta tome as devidas medidas para assegurar os seus direitos.

Vale ressaltar que a divulgação de outros telefones, para que sejam feitas denúncias pela sociedade, tem demonstrado o quanto esse canal pode ser eficaz.

Por fim, consideramos que a obrigatoriedade de dar publicidade aos números dos telefones que permitem o contato da população com a Ouvidoria de Polícia e, conseqüentemente, facilitem o envolvimento decisivo dos cidadãos no processo de coleta de informações, sem dúvida, contribuirá para a apuração das disfunções cometidas pelos integrantes das instituições policiais e



aumentará a eficácia das ações de segurança pública no enfrentamento da impunidade. Desta forma, a medida proposta configura-se como um aperfeiçoamento oportuno e conveniente do ordenamento jurídico mineiro, razão pela qual opinamos por sua aprovação.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 210/2011 na forma do Substitutivo nº 1, proposto pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Neider Moreira, relator - Ivair Nogueira - Délio Malheiros.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 444/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei nº 444/2011 altera a Lei nº 19.095, de 2/8/2010, que disciplina o “marketing” direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob comento objetiva alterar os arts. 4º e 5º da Lei nº 19.095, de 2/8/2010, que disciplina o “marketing” direto ativo e cria lista pública de consumidores.

Consoante o art. 4º, o Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênio para que a manutenção da lista de que trata a lei fique a cargo de órgão administrativo de proteção e defesa do consumidor vinculado ao Poder Legislativo.

O art. 5º do projeto em apreço estabelece que a inclusão de consumidor na lista e sua consulta à lista não se sujeitarão a pagamento.

A Comissão de Constituição e Justiça relatou em seu parecer que “telemarketing” é prática de venda direta ao consumidor, não se traduzindo em propaganda comercial, que é da competência legislativa privativa da União. Assim sendo, essa Comissão não vislumbrou nenhuma restrição de ordem constitucional ou legal ao trâmite do projeto, no que concerne também à iniciativa parlamentar.

Entretanto, essa Comissão asseverou que, com relação à mudança sugerida no art. 4º, o Poder Legislativo não tem competência para editar norma autorizando o Poder Executivo a firmar convênio, uma vez que tal ato já é de sua competência. Desse modo, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo retirando a alteração do art. 4º e aprimorou a redação do art. 5º.

A lei que se pretende alterar estatui critérios para a prática do “marketing” direto ativo no Estado, com a finalidade de coibir abuso na prestação desse serviço, cujos operadores, com frequência, extrapolam a faculdade de oferecer produtos e serviços, assediando um potencial cliente. Afrontam com isso a Lei nº 8.078, de 11/9/90, – Código de Defesa do Consumidor –, desrespeitando direito básico do consumidor, previsto em seu art. 6º. O “marketing” direto ativo, constituído pela oferta de produtos ou serviços por meio de ligações telefônicas, tem trazido desconforto para os usuários dos serviços de telefonia. Na Lei nº 19.095, citada, a principal medida é a instituição da lista pública para registro dos consumidores que não desejam receber ofertas comerciais por meio de “marketing” direto ativo, a qual foi denominada “lista antimarketing”, sendo que tal serviço ficou sujeito a pagamento.

O art. 5º do Substitutivo nº 1, com o qual concordamos, estabelece a gratuidade de tal serviço. Acreditamos que essa dispensa de pagamento em muito contribuirá para a eficácia dessa lista, uma vez que mais consumidores terão condições de utilizá-lo.

Entendemos, portanto, que a proposição em apreço merece ser aprovada na forma do Substitutivo nº 1, que a aprimorou, considerando que a gratuidade prevista ampliará o universo de consumidores que desejam incluir o seu nome na “lista antimarketing”.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 444/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Duilio de Castro - Vanderlei Miranda.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/4/2011

O Deputado Rômulo Veneroso* - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Deputados, Deputadas, senhoras e senhores, ocupo esta tribuna na tarde de hoje porque insisto em falar, mais uma vez, sobre a questão da Petrobras. Já ouvimos vários apelos, promovemos algumas discussões e, em alguns momentos, acompanhamos a vinda do Presidente da Petrobras juntamente com o Governador Anastasia. Na nossa cidade, o assunto ainda não morreu. Após um acordo assinado em 2005, a Petrobras simplesmente virou as costas e disse: “Agora não é comigo, não”. Independentemente de quem tem o direito, se é Braskem, Petrobras, Prefeito, governo federal ou estadual, acredito que precisamos buscar o entendimento e não deixar Minas Gerais perder esse grande investimento.



Neste momento, faço um apelo. Protocolarei um requerimento na Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo desta Casa, em que solicitarei a V. Exas. que nos ajudem, juntamente com nossas entidades organizadas na cidade, como, por exemplo, a CDL e a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária - Aciab -, que querem abrir essa discussão. Solicito à Assembleia Legislativa apoio nessa empreitada. Não podemos abrir mão desse investimento, pois estamos vivendo momentos difíceis em Betim. Com essa perda da arrecadação, não só a cidade, mas também todo o Estado perderá. Aliás, grande parte dessa arrecadação fica no Estado. É o momento de buscarmos esse entendimento e, de alguma forma, conseguirmos que seja revertida essa situação. A perda é grande. A nossa cidade está vivendo não só grandes problemas com a perda de arrecadação, de oportunidades de emprego e crescimento, mas também problemas com greve.

Hoje, em Betim, faz praticamente 30 dias que a educação está paralisada. Mais de 40 mil alunos não estão tendo aulas em razão da falta de diálogo e entendimento. Os pais estão buscando soluções. Todos os dias recebo ligações, uma atrás da outra, em que me dizem: “Rômulo, o que os senhores podem fazer? O meu filho está em casa, pois não está havendo aula”. E daí por diante.

Na saúde, os médicos paralisaram o serviço dois dias na cidade como um grito de alerta e estão aguardando solução. Enviaram um projeto de reajuste para os funcionários da Prefeitura Municipal de Betim de 2%. E o que aconteceu? A Câmara precisou usar a força da Polícia Militar para votar esse projeto depois da quinta tentativa. Estão todos insatisfeitos.

Estamos vivendo momentos também de violência, pois, nos três primeiros meses deste ano, ocorreram 71 homicídios em Betim.

Portanto, resumindo, há greve na educação, grito de alerta na saúde, Vereadores precisando da polícia para votarem e servidores da cidade totalmente insatisfeitos que, infelizmente, não estão trabalhando como deveriam estar. E agora vem mais essa da Petrobras.

Neste final de semana, participamos, em Betim, de uma reunião com setores voltados para o desenvolvimento da cidade e da sociedade organizada, os quais me pediram para, dentro das nossas possibilidades nesta Casa, solicitar ajuda aos Deputados, a fim de abriremos uma discussão para tentar reverter essa situação da Petrobras.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Estamos assistindo a V. Exa. com muita atenção e sentimos que o problema da administração do PT em Betim é semelhante ao da administração do PT em Governador Valadares, como é em outros Municípios. Infelizmente são administrações que não têm cumprido nada do que prometem ao povo. Para tentar ganhar as eleições, prometem mundos e maravilhas e depois se esquecem completamente de suas promessas e dos compromissos.

Deputado Rômulo Veneroso, aproveitou esta oportunidade porque foi apresentado aqui requerimento de questão de ordem pelo Deputado Sávio Souza Cruz, que aproveitou a ocasião, como sempre a Oposição tem feito nesta Casa, para criticar o Senador Aécio Neves, em relação ao episódio da carteira vencida. Trata-se de um fato que acontece, infelizmente, e que pode acontecer com qualquer cidadão. O que importa foi o procedimento de cidadão verdadeiro por parte do Senador Aécio Neves, que concordou plenamente com a atitude dos policiais, elogiou o procedimento dos profissionais, telefonou para o Governador Sérgio Cabral parabenizando-o pelo procedimento dos policiais, providenciou, de imediato, um motorista de táxi para conduzir o carro dele. Enfim, reconheceu o erro de estar dirigindo, há um mês, com a carteira vencida. Então, trata-se de um fato corriqueiro, ao qual não tem sentido dar o espaço que se dá. A não ser que se queira perseguir o Senador Aécio Neves, que se queira impedir a sua caminhada célere em direção à Presidência da República.

O Senador Aécio Neves precisa ser avaliado, Deputado Rômulo Veneroso, a nosso ver, pelo que fez por Minas Gerais, pelas obras realizadas, que estão falando alto, aliás, alto e bom som, em todos os quadrantes de Minas Gerais, em todas as áreas, como as da saúde, da segurança pública, da assistência social, da infraestrutura urbana, do meio ambiente; em todas as áreas do Estado, no Norte, no Sul, no Centro-Oeste, por todos os cantos, há obras de Aécio Neves.

Sr. Presidente, solicito mais um minuto para apresentar aqui o depoimento do Governador Sérgio Cabral, do PMDB, sobre o que aconteceu com Aécio Neves. (- Lê:)

“Para o Governador Sérgio Cabral, o episódio envolvendo o Senador Aécio Neves, que teve a carteira apreendida por estar vencida e foi multado durante uma operação da Lei Seca, está superado. Na avaliação do Governador, Aécio agiu como qualquer cidadão e entregou o veículo para outro condutor, não fugindo da aplicação da lei. Eu acho - diz o governador - que o Aécio tomou a decisão correta ao deixar o automóvel, chamar um condutor. Nós temos estatísticas que mostram que a questão da carteira vencida tem acontecido com muita frequência.”

Isso o Governador Sérgio Cabral dizendo. (- Lê:)

“O Aécio é uma pessoa respeitada, querida, que se comportou como um cidadão comum. Acho que ele agiu com a simplicidade que o caracteriza. É uma pessoa respeitada por todo o povo brasileiro. É meu amigo querido, que o Rio de Janeiro respeita e de quem gosta. Ele me ligou para dizer “parabéns pela educação dos servidores da Operação Lei Seca”.”

Finalizando, Sr. Presidente, o Senador Lindbergh Farias, do PT, colocou no seu “Twitter” o seguinte: “Acho baixaria vocês ficarem falando do Aécio. Podia acontecer com qualquer um. Façam críticas políticas. Tenho vergonha disso!”, escreveu num dos “posts”, completando logo depois: “Nossa crítica tem que ser na política. Aliás, eu, no Senado, tenho feito os embates mais duros contra o Aécio, mas na política”, completou o Senador Lindbergh Farias.

Então vamos continuar em alto nível. Sr. Presidente, temos recebido críticas da imprensa, porque alguns Deputados aqui não têm contribuído para a condução dos trabalhos; porque, se conduzissem, não receberíamos críticas da imprensa dizendo que não estamos votando nada aqui, que não estamos debatendo coisas sérias nem votando projetos. Por quê? Porque trazem aqui assuntos dizendo que só há aumentos, quando ninguém viu isso. Há pouco tempo, trouxeram aqui uma questão de ordem para dizer que o Aécio Neves não cumprimentou o Deputado Rogério Correia. Isso é assunto para se tratar aqui, questiúnculas dessa natureza? Não podemos baixar o nível a esse ponto Sr. Presidente.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Deputado Rômulo Veneroso, nesta tarde quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer claramente que a recente façanha da Petrobras, que prejudica o Município de V. Exa., Betim, para prestigiar o governo do PT da Bahia, entristeceu muito o povo mineiro. Essa ação, meramente política, causou uma situação de desconforto ao povo mineiro. E V. Exa. está defendendo seus eleitores, seus conterrâneos de Betim e o povo de Minas. Paralelamente a isso, quero concordar com o



pronunciamento de nosso Líder. O Senador Aécio Neves tem uma história muito rica no Estado e no Brasil. São vários anos de vida pública. Uma vida pública voltada para o bem-estar da população, que o reconduziu por várias vezes a essa vida pública como Deputado Federal, Governador e Senador. Deputado Rômulo Veneroso, sinceramente, pela experiência que tenho ao longo destes anos como Prefeito e Vereador, realmente não gosto - gostaria que as pessoas que nos assistem prestassem bastante atenção - e considero muito desagradável buscar no cenário político pequenos detalhes. Na época, fiquei muito entristecido quando aquele jornalista do "New York Times" fez comentários um pouco desrespeitosos quanto à ação e ao comportamento do nosso ex-Presidente Lula. Recordo-me também de que o jogador Ronaldo Fenômeno andou trocando farpas com o Presidente. Essas coisas são pequenas demais para se tratar na forma de embates e debates.

Acredito que o ex-Governador Aécio Neves é dono de uma herança política altamente tradicional, qualificada, herdada do berço de seus avós, Tristão da Cunha e Tancredo Neves. Evidentemente que o povo mineiro reconhece nele a grande liderança. Recentemente, no Congresso, ele conseguiu fazer uma virada espetacular na aprovação de benefícios para Minas Gerais que não estavam sendo atendidos pelo governo federal.

Deputado, parabênize V. Exa. Sei da sua ação parlamentar, da sua ação política em Betim em defesa de sua cidade e seus eleitores. Portanto, parabênize-o por isso. Que Deus o abençoe e continue iluminando a bonita trajetória da sua carreira!

O Deputado Rômulo Veneroso* - Agradeço suas palavras.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Deputado Rômulo Veneroso, é uma satisfação vê-lo nessa tribuna fazendo a legítima defesa de um dos Municípios onde atua com mais frequência: o progressista Município de Betim. A palavra de V. Exa. tem credibilidade por tratar-se de uma pessoa que conhece a cidade, seus problemas e seu potencial.

Quanto à outra questão levantada, a da Carteira de Habilitação do Senador Aécio Neves, pensei que eu chegaria a este Plenário e veria a Oposição reconhecer a grandeza de ele não ter utilizado a função para beneficiar-se, regularizando os próprios documentos. Isso quer dizer que ele tratou o Estado como Estado e tratou a si próprio como cidadão. Um bom exemplo para os outros. Só estou fazendo esse comentário, porque alguém já o fez antes de mim. Caso contrário, a atitude, o gesto do Senador, por si só, já responde a qualquer indagação.

Quanto à especulação do uso do bafômetro, como advogado quero esclarecer que, a partir do momento em que já não tenho carteira de motorista, porque ela está vencida, não estou obrigado aos trâmites seguintes de nenhuma exigência legal. A exigência que se faz a alguém que tem a sua carteira vencida é providenciar um substituto para conduzir o veículo. Isso foi feito de forma humilde, responsável e consciente. A atitude do Senador o engrandece. Não é o fato de estar com a carteira vencida, porque também já estive com a minha carteira vencida e fui compreendido ao ser abordado... O agente me informou que ela estava vencida, mas que o vencimento ainda não tinha completado os 30 dias. Eu lhe respondi que nos 30 dias eu voltaria com a carteira nova, e assim o fiz. Mas a atitude do Governador foi não misturar Estado com pessoa nem pessoa com Estado; isso é digno de elogio. Eu esperava que ele fosse aplaudido neste Plenário, e não criticado.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Primeiramente, Deputado Rômulo Veneroso, gostaria de parabenizá-lo por trazer a esta Casa o tema da segurança pública. V. Exa. citou a questão da cidade de Betim, uma preocupação realmente muito grande para todos nós. Na verdade, hoje o problema de segurança pública afeta não só Betim, mas também todo o Estado de Minas Gerais. A situação das cidades de fronteira, principalmente nas regiões mais pobres do Estado, como a da divisa com a Bahia, no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, é vergonhosa. Temos cidades e mais cidades apenas com dois ou três policiais. O Estado precisa tomar providências imediatas para resolver o grande problema da segurança pública que afeta o nosso Estado.

Para finalizar, a questão do Senador Aécio Neves já foi abordada aqui por outros parlamentares, mas gostaria de dizer que o Senador agiu de forma correta, ao chamar um condutor. Até aí concordo, mas quando ele se recusa a fazer o teste do bafômetro, ele sai fora da linha, age fora da lei e dá um péssimo exemplo para toda a sociedade brasileira.

O Deputado Rômulo Veneroso* - Gostaria de pedir a atenção de V. Exa., Deputado Paulo Guedes, que citou a questão da segurança. Gostaria apenas de afirmar que foi um grande compromisso na campanha passada de quem hoje está administrando a cidade a questão da segurança. Entendemos que houve uma atenção especial do governo do Estado em relação à cidade de Betim, que tem tido um investimento grande do Estado. Melhorou muito o atendimento a Betim, que era realmente muito precário. Nos últimos oito anos houve uma melhoria, mas aí é que vem a questão: inicialmente, Betim tinha um orçamento de quase R\$1.500.000.000,00 por ano. Depois de 27 meses, R\$3.000.000.000,00 entraram nos cofres públicos de Betim. Ora, a promessa na campanha era saúde e paz, mas, se se quer ter paz e segurança, tem de haver o comprometimento e o investimento. O dinheiro está lá, mas não houve investimento.

Portanto, Betim chora pela falta desse investimento por parte da cidade. Os Conseps acabaram; o Conselho Municipal de Defesa Social também acabou; a sociedade não discute, não contribui. Os Poderes estão cada um para um lado, cada um por si. Vemos que é preciso tratar essa questão com mais responsabilidade e mais investimento. Mais uma vez, fica aqui o pedido de apoio à Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para buscarmos uma solução; afinal, o protocolo está aqui. Ele foi assinado em 2005, e, no final de 2010, infelizmente também tivemos um presente de grego com a retirada do investimento de quase R\$3.000.000.000,00 da Fiat em Betim, o qual se transferiu para o Nordeste. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jayro Lessa - Prezados Srs. Deputados, demais presentes e telespectadores que nos acompanham, boa tarde. Venho hoje a esta tribuna para falar sobre temas de grande relevância para Minas Gerais que terão como foco o desenvolvimento. Abordarei assuntos que, na minha visão, são essenciais para o fortalecimento do Estado. São eles: a valorização da indústria, o investimento do governo estadual no interior, a instalação de grandes empresas como forma de gerar emprego e a criação de um posto consular norte-americano em terras mineiras. Quando olho para a dimensão da nossa Minas Gerais, percebo o tamanho da responsabilidade que tenho em minhas mãos como parlamentar, afinal represento milhares de conterrâneos que a mim confiaram seus votos. Estado grande em extensão, representamos 7% do território nacional, com um total de 853 Municípios. Somos também o segundo Estado mais



populoso da Federação, com 20 milhões de habitantes. Além disso, temos uma história política das mais exemplares do País. Esta terra foi cenário de uma das maiores conspirações brasileiras em busca da liberdade, a Inconfidência Mineira. A busca pela liberdade está enraizada nos nossos hábitos e costumes. Quando falamos da importância de Minas, não podemos deixar de destacar o nosso interior. Lá está presente o mais relevante acervo arquitetônico e artístico do período colonial brasileiro, preservado em cidades de fama internacional. É justamente desse interior que provém o crescimento de Minas Gerais. É de lá que saem produtos que rodam o País e o mundo inteiro. Somos o primeiro do Brasil na produção de milho, de alho, de batata e de café, por exemplo, sem citar a nossa competência para produzir minério de ferro, que está no subsolo, e ferro-gusa, que é o minério de ferro melhorado.

Dentro desse cenário de desenvolvimento, não posso deixar de citar o Vale do Rio Doce, região importante com grande potencial de crescimento, que tem encontrado na migração uma forma de sustento. Desde a década de 60, suas famílias viajam aos Estados Unidos da América para trabalhar e juntar dinheiro. Eu mesmo tenho procurado defender aqui, na Assembleia, os direitos de todos os migrantes do Estado, entendendo que esse intercâmbio traz conhecimento e renda aos mineiros e divisas para o Estado. Mas acredito que essa região merece mais, muito mais. Desde o meu primeiro mandato, tenho lutado para mudar o cenário econômico de Governador Valadares, com o apoio do meu amigo Deputado Bonifácio Mourão. Foi com o objetivo de levar novos investimentos do governo estadual para o Vale do Rio Doce que me reuni, na última semana, com a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Dorothea Werneck, com o Subsecretário de Política Mineral e Energética, Prof. Paulo Sérgio Machado Ribeiro, o Secretário Adjunto, Fábio Veras, além do Presidente da Gasmig, Fuad Noman. Debatesmos vários assuntos nesse encontro, que aconteceu na sede do BDMG. O primeiro foi a instalação de uma siderúrgica da empresa Vale em Governador Valadares, tema já defendido por mim neste mesmo Plenário, há cerca de um ano. Naquela época, o próprio Governador Antonio Anastasia já havia anunciado o seu empenho para concluir tal tarefa. Devo destacar que o sucesso no desfecho desse processo poderá levar uma nova perspectiva de vida aos valadarenses, que esperam há muitos anos a oportunidade de caminhar com as próprias pernas. Lembro que, se efetivado, esse projeto beneficiará toda a macrorregião do Vale do Rio Doce. Espero que agora, com a nomeação do novo Presidente da Vale, o mineiro de Uberaba Murilo Ferreira, possamos concretizar esse projeto. Peço o apoio da bancada da Oposição para que reforce a importância desse pleito com a Presidente Dilma e leve a ela o nosso apelo.

Ainda na reunião com a Secretária, tratamos da extensão do gasoduto entre as cidades de Belo Oriente e Valadares. Assim que concluída, essa obra repercutirá em toda região contribuindo para o fortalecimento econômico local. Segundo a própria Dorothea, o aumento significativo do consumo residencial das classes C e D em Governador Valadares já justifica a referida obra e a consequente atração de empresas para a cidade. Mas, quando falamos da região do Vale do Rio Doce, não há como deixar de lembrar a BR-381. Construída na década de 1950 para comportar um fluxo médio de 500 veículos por dia, a rodovia ultrapassa hoje mais de 120 vezes o limite original. A falta de reformas de grande porte ao longo desse período e o intenso movimento de caminhões têm causado os desastres que todos nós conhecemos. Além das vidas perdidas, que é o mais grave, a situação dessa estrada é um entrave ao crescimento da região. Por isso é sempre importante cobrar do governo federal a liberação de recursos para a duplicação da BR-381, que é uma obra prioritária no Estado. Também me sinto na obrigação de compartilhar outro fato importante que aconteceu no dia 12 deste mês. Nessa data, encontrei-me com o Governador Anastasia e com o representante da Associação dos Municípios da Microrregião do Leste de Minas - Assoleste. Esse encontro foi a oportunidade para os Prefeitos apresentarem seus pleitos diretamente ao comandante do nosso Estado: pedidos relativos às áreas de saúde, esporte, educação e, principalmente, relacionados à reforma das estradas estaduais que cortam os Municípios. O Governador se colocou à disposição dos Prefeitos e assegurou que em breve a região será contemplada com novos programas do governo estadual.

A Assoleste é formada pelas cidades de Central de Minas, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Goiabeira, Itabirinha, Mantena, Mendes Pimentel, Nova Belém, Nova Módica, São Félix de Minas, São João do Manteninha e São José do Divino. A proximidade entre as Prefeituras e o governo estadual é sempre importante. Todos sabemos que o diálogo constante é o caminho para o entendimento entre os Poderes Executivos municipal e estadual. Como parlamentar eleito para atuar na Assembleia Legislativa mineira, casa criada para discutir e elaborar leis de interesse da população, sinto-me honrado por participar desse processo democrático que gera benefícios diretos para os moradores de nosso Estado.

Senhoras e senhores, gostaria, neste momento, de abordar outro assunto que tenho enfatizado ao longo dos últimos anos, que é a criação de um consulado norte-americano em Minas Gerais. Essa ação possui o intuito de facilitar a vida dos mineiros que vivem nos Estados Unidos e estreitar relações entre o nosso Estado e esse país. Por isso tenho apresentado, desde 2007, seguidos apelos a representantes dos governos federal e estadual e do Congresso Nacional desse projeto, sobre o qual o Senador Aécio Neves já se posicionou favoravelmente, assim como o Deputado Federal Eduardo Azeredo, que tem defendido o pleito em Brasília desde quando era Senador. Apesar das dificuldades percebidas para a sua efetivação, novas possibilidades já são vislumbradas. A última a ser apresentada foi a de criar entrevistas virtuais para os mineiros que desejam tirar o visto, evitando assim que eles viajem até as cidades de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília para obter o documento. Essa seria uma alternativa temporária para solucionar o problema, até que o consulado seja criado. Segundo a embaixada, o motivo para a não instalação do espaço de representação diplomática em Minas seria a falta de recursos do governo americano. Não entendo como possa haver falta de recursos em um país tão rico e poderoso.

É de minha autoria também o requerimento apresentado no corrente mês de abril, que propõe a alteração do nome do Grande Teatro do Palácio das Artes para Teatro José Alencar Gomes da Silva. Não podemos esquecer jamais do exemplo de vida do nosso querido ex-Vice-Presidente. Eu tive a honra de conviver com o exemplar amigo, empresário e político. A nação brasileira teve a oportunidade de conhecer e se comover com a história desse mineiro. Empresário linha dura, brigou contra os altos juros no Brasil e enfrentou o câncer até o último momento. Esse projeto foi criado justamente para homenagear José Alencar e sua família, levando o seu nome a uma casa à altura da sua importância.

Não posso deixar de falar também da passagem da Presidente Dilma Rousseff, juntamente com empresários brasileiros e mineiros, pela China. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foram anunciados 22 acordos e 13 bilhões de



investimentos a serem feitos no Brasil. Em um País onde o empresariado é tão castigado pela falta de infraestrutura e pelo excesso de burocracia e impostos, é preciso que medidas sejam tomadas para mudar tal cenário. Um ponto importante seria a aprovação da reforma tributária, da qual tanto se fala há tantos anos.

Sobre as negociações com os chineses, precisamos ficar ainda mais atentos, principalmente quando levamos em consideração o peso do nosso histórico na relação com a China. Somente entre 2003 e janeiro deste ano, recebemos cerca de US\$10.000.000.000,00 em investimentos de empresas orientais. Precisamos lutar para que essa relação seja estreitada, só que de forma favorável aos empresários mineiros. Precisamos de respaldo do governo para competir de forma justa com os chineses, para que estes se tornem parceiros e não apenas concorrentes, como têm sido não só do Brasil, mas do mundo todo.

Vivemos uma época em que as exageradas medidas restritivas adotadas pelo governo para frear a inflação podem acabar prejudicando a produção da indústria. A própria Confederação Nacional da Indústria já acredita que a produção industrial do Brasil caia de 10,1% no ano passado para 2,8% neste ano. Ou seja, que a Oposição exija do governo federal políticas econômicas dignas de uma potência mundial.

E é com o intuito de dialogar sobre a situação da indústria mineira que nós, da Mesa da Assembleia, receberemos daqui a pouco nesta Casa o Dr. Olavo Machado, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Para finalizar, deixo a minha mensagem de otimismo em relação ao presente e ao futuro da nossa Minas Gerais. Que continuemos trabalhando juntos pelo desenvolvimento, olhando sempre para frente, cientes de que um Estado só é forte quando possui uma indústria consolidada, com capacidade de gerar emprego.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Jayro Lessa, nosso companheiro de região e nosso amigo, acompanhamos atentamente o seu pronunciamento. A sua preocupação é demonstrada durante todo o tempo pelo grande empenho de V. Exa. nesta Casa, lutando pelo Estado, particularmente pela nossa região do Vale do Rio Doce, pela nossa Governador Valadares e por todas as cidades dessa região. No seu pronunciamento de hoje, V. Exa. falou sobre novas empresas, industrialização, gasoduto, duplicação da BR-381 e tantas outras obras.

Por falar na duplicação da BR-381, que é, sem dúvida alguma, uma das maiores prioridades da nossa região e de todo o Estado, aproveito esta oportunidade para ler uma carta de extrema importância, sobre a qual já comentamos. Ao mesmo tempo, peço o apoio de todos os Deputados desta Casa. Esta carta é dirigida à Presidente Dilma Rousseff, nos seguintes termos: (- Lê:)

“Excelentíssima Senhora Presidenta, os Deputados Estaduais de Minas Gerais, respeitosamente, vêm apresentar a V. Exa. os seguintes fatos: 1º - A passagem de José Alencar Gomes da Silva na história política brasileira deixou marcas profundas. Sua mineiridade, reconhecida por quem com ele teve o privilégio de conviver, constituiu uma de suas características fundamentais. 2º - Empresário vitorioso, político vocacionado ao serviço público e sempre disponível para o atendimento das demandas do povo mineiro, José Alencar Gomes da Silva faz parte de seletos grupos: o dos mineiros que ajudaram na consolidação de nossa nacionalidade. 3º - O povo mineiro, por seus representantes nesta Casa de leis, quer perpetuar a memória de José Alencar Gomes da Silva e reconhecer, dessa forma, que o trabalho de nosso Senador e Vice-Presidente de todos os brasileiros é modelo a ser seguido e exemplo a ser vivificado. Isso posto, solicitam que V. Exa. se digne a dar ao trecho da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, o nome de Rodovia José Alencar Gomes da Silva.”

Termino, Sr. Presidente, sei que também é do interesse de V. Exa., por ser um dos dignos representantes da região, dizendo que a BR-381 Sul tem nome, Fernão Dias, mas a BR-381 Norte ainda não tem um nome. Por isso, solicitamos nesta oportunidade a todos os colegas que assinem essa carta dirigida à Presidente Dilma Rousseff, que visa a prestar essa homenagem tão justa, que, por certo, será complementada pela homenagem que V. Exa. também presta, dando o nome de José Alencar ao Grande Teatro do Palácio das Artes. Muito obrigado, Deputado Jayro Lessa.

O Deputado Jayro Lessa - Deputado Bonifácio Mourão, vejo José Alencar como um grande brasileiro, empresário, amigo e defensor daquilo em que acreditava. Então é muito merecedor de todas as homenagens possíveis, que poderão ser apresentadas a sua família, para que fique perpetuado para a eternidade como grande homem que foi.

Por falar de Governador Valadares, quero dizer que conhecemos a região onde vivemos e da qual gostamos. Sabemos da grande dificuldade por que tem passado e sempre passou. Temos de lutar por uma grande indústria na cidade, que beneficiará toda a região. A siderúrgica da Vale é uma miniestrutura, não é uma grande siderúrgica. Contudo, uma coisa pode começar pequena e se tornar um dia uma siderúrgica de maior porte. É melhor ter uma pequena que não ter nenhuma.

Com a saída do Rogério da Vale, talvez tenhamos essa oportunidade, porque ele havia se comprometido, até com o governo federal, em relação a isso, enquanto esteve lá. Depois ele procurou o Governador Anastasia e lhe disse que não faria, que a vocação da Vale não era siderurgia. Entendo que, com a saída do Rogério, talvez tenhamos essa chance e outras para levar alguma coisa ao Vale do Rio Doce, que é uma região bastante sofrida - todos conhecem -, em que o povo vive realmente em situação bastante comprometida, tanto na segurança pública quanto no sustento do dia a dia. Não sei se todos conhecem, mas Governador Valadares, a região é tão pobre quanto o Vale do Jequitinhonha ou o Vale do Mucuri. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Wilson Batista - Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas Deputadas e Deputados, telespectadores da TV Assembleia. Hoje venho a esta tribuna com uma preocupação muito grande. Estamos aqui há alguns meses e, felizmente, temos a imprensa para nos vigiar, para cobrar a nossa atuação como Deputados. Depois de tantos meses nosso trabalho ainda não foi visto, nosso papel de Deputado ainda não foi o de representante dos anseios da nossa sociedade, dos eleitores que nos elegeram e que tanta necessidade têm. Eles nos confiaram seus votos para lutarmos por eles; eles confiaram em nossas promessas, em nosso trabalho, em nosso histórico e em nosso passado para sermos os representantes do povo mineiro. Depois de estarmos presentes todos os dias nesta Assembleia, ainda não vimos aqui uma votação de relevância, um trabalho realmente voltado para nossa sociedade. Estamos aqui diante de um emblemático discurso da Situação, da Oposição e do nosso passado. Estamos discutindo somente o passado, estamos discutindo o governo do Aécio Neves. Mas por que não discutimos também o governo de outros Governadores, como o de Newton Cardoso? Insistem em falar o tempo todo do governo do Aécio Neves. Ele já foi feito, realizado, temos 80% de aprovação em Minas



Gerais. Quem deu essa carta, esse passaporte, foi o povo, que reconheceu o trabalho da equipe e do Aécio Neves. Estamos aqui agora não para discutir o passado. Precisamos conhecer o passado, porque estaremos aqui no futuro repetindo somente o que já foi feito. Hoje mostrarei essa indignação porque, quando fiz minha campanha, falei dos trabalhos de um Deputado depois de eleito. Há tantas leis e projetos para serem votados e discutidos, projetos de relevância, de importância, dos quais nossa sociedade precisa. Vivemos uma epidemia de homicídios. O conceito para definir uma epidemia é que haja, para cada 100 mil habitantes, mais do que 10 homicídios. O Brasil como um todo vive uma verdadeira epidemia de mortes violentas. São 45 mil mortos por ano, o que caracteriza uma verdadeira epidemia. Entretanto, isso não é discutido em nossa Assembleia. Hoje o principal fator associado ao homicídio, à morte violenta, é o uso do “crack”. Muriaé, em apenas 3 meses deste ano, registrou 13 homicídios. Um número maior do que o de São Paulo, se compararmos o tamanho da população de São Paulo com a de Muriaé. Então, vocês veem pessoas jovens sem perspectivas para o futuro, envolvendo-se com a droga, com o “crack”, perdendo suas vidas e desestruturando suas famílias em função da falta de oportunidade, já que o único caminho que encontram é o da violência e o da droga. Por que não discutimos profundamente esses assuntos aqui nesta Assembleia, composta por Deputados eleitos majoritariamente, com números significativos de votos? São pessoas que têm opiniões importantes, mas vêm a esta Assembleia simplesmente para atacar os outros. Queria que todos aqui soubessem que o discurso que transforma esta Casa em um palanque eleitoral não tem nenhuma importância. Se vocês fizerem uma pesquisa por Minas afora, verão que, tudo o que é dito aqui, de forma a transformar a tribuna desta Casa em um palanque eleitoral, jamais será reconhecido por nossa população. A nossa população quer Deputados que lutem por seus interesses e que discutam profundamente o fracasso que é o nosso País hoje.

Sabemos que, hoje, a saúde, que tanto defendi, ainda tem muito a avançar. O financiamento da saúde ainda está muito aquém do necessário. Sabemos que o Brasil gasta apenas US\$280,00 por ano com cada habitante, enquanto a média mundial é de US\$806,00 por pessoa, ao ano. Portanto, em países onde a qualidade de vida das pessoas é boa, elas adoecem menos, há maior investimento. O Brasil é um país de pessoas sofredoras, cuja grande parte enfrenta dificuldades em relação a moradia, a alimentação e a saneamento. Aqui as pessoas adoecem muito mais, mas o investimento é de US\$280,00 por ano para cada habitante. Portanto é um número bastante inferior. Há mais de 10 anos existe a Emenda Constitucional nº 29, que ainda está para ser regulamentada, a fim de que, verdadeiramente, o financiamento do SUS chegue às pessoas que precisam. Porém até hoje essa emenda não foi votada. Será que isso é possível? Normalmente reclamamos e culpamos todos, mas não nos lembramos do nosso papel, que é lutar pelas leis, fazer leis sensatas e importantes que beneficiem a nossa população. Este é meu primeiro mandato, mas espero, sempre que for possível, estar nesta Casa para defender os verdadeiros problemas da população. Sabemos que inúmeros hospitais no Brasil são fechados por não terem o financiamento necessário, enquanto as pessoas enfrentam filas enormes; sabemos que inúmeras doenças poderiam ser tratadas no início para não chegarem a um estágio avançado, em que se gasta 10 vezes mais e não se alcança um resultado, já que o paciente não tem mais condições de recuperar sua saúde. Concedo aparte ao meu amigo Deputado Rômulo, que também é de São João del-Rei, minha querida cidade.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Wilson Batista, meu conterrâneo, que saiu cedo da nossa querida São João del-Rei, mas deixou lá laços familiares e uma história muito rica. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. V. Exa. agora é Deputado, mas é também um brilhante médico. Por meio de seu pronunciamento, tem exposto, de maneira clara e objetiva, a questão da saúde em nosso país. Entendo, caro Deputado, que o SUS não é um problema; para nós, é uma solução com vários problemas.

Enquanto não houver, por parte do governo federal, vontade política para regulamentar a Emenda nº 29, ficaremos muitas vezes em desencontros de ações. Por exemplo: as pessoas questionam se o investimento em saneamento pode ser considerado gasto com saúde. Segundo a OMS, sim, porque se está fazendo uma prevenção, cuidando preventivamente da saúde da população.

Por outro lado, se revirmos alguns anais da nossa história política e passarmos os olhos em alguns governos, verificaremos, por exemplo, que o governo do PMDB no Rio de Janeiro considerou como gasto com saúde a despoluição da Baía da Guanabara. Já o governo do Zeca do PT, do Mato Grosso do Sul, a propósito da Lei do Rateio, considerou como gasto com saúde o Fundo de Assistência Social. Muitas vezes Estados e governantes ficam reféns do entendimento da Corte, do Tribunal de Contas do Estado sobre a súmula apresentada.

Em Minas temos investido muito em saúde, como acredito que o País, de certa forma, também tem feito. Mas, como V. Exa. acabou de narrar, os problemas são inúmeros. Portanto, em meu entendimento e no de vários amigos da Casa, há necessidade imperiosa de haver vontade política por parte do governo federal para atender as demandas da saúde.

Simultaneamente, Deputado, V. Exa. externa uma preocupação fundamental com o problema da violência e da criminalidade, hoje nacionalmente notório. Recentemente vimos o que aconteceu no Estado do Rio e ficamos chocados com aquele massacre, aquele ato de violência. Em meu entendimento, tanto o governo federal quanto os governos dos Estados e os municipais têm colocado à disposição da população os instrumentos necessários para o combate a essa criminalidade, mas, se não procurarmos resgatar os valores de família e o espírito de solidariedade, as coisas realmente não melhorarão.

Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. V. Exa., brilhante médico, Deputado que inicia um mandato nesta Casa, assim como eu. Juntos, defenderemos sempre essa bandeira. Parabéns e sucesso.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)* - Nobre e querido companheiro e amigo, que hoje tão brilhantemente traz a esta Casa o debate sobre a questão da segurança e, no conjunto do seu discurso, a questão das drogas: observamos que a nossa sociedade está clamando por ajuda, por socorro. Nossos filhos estão sendo violentados; adentram nas repartições públicas de ensino e matam 13 crianças; nossos idosos estão com seus direitos sendo vilipendiados e desrespeitados; o “crack” invade hoje o rico e o pobre, o que tem estudo e o que não tem, o que tem formação acadêmica e o que não tem, virando uma epidemia em nossa sociedade.

V. Exa. tem razão ao expor a preocupação da produtividade legislativa desta Casa. Venho do Parlamento de Belo Horizonte, que, já neste ano, tem produzido e muito, através da votação de diversas leis para o Município. Ainda que com alguma experiência legislativa da Câmara Municipal, chegamos como novatos ou calouros, como gostam de nos apelidar, mas trazemos conosco uma vontade muito



grande de produzir. Dadas as limitações, entendemos que o debate político deve existir. As questões regimentais permitem que a Casa tenha suas ações, mas não permitem o avanço dos trabalhos legislativos. Tenho procurado sair um pouco da esfera do parlamento no Plenário e trabalhar muito nas audiências públicas externas, porque assim, pelo menos, procuramos dar um pouco mais de visibilidade e contribuição nos diversos temas e necessidades da nossa sociedade.

Parabenizo V. Exa. porque, de fato, a sociedade está clamando por ajuda, os nossos jovens e idosos estão clamando por socorro. As mulheres estão sendo constantemente agredidas fisicamente, nos seus direitos, maltratadas e até mesmo mortas.

Então, cabem a esta Casa, a cada um dos nossos queridos companheiros e Deputados os destinos dessa responsabilidade e dessa preocupação. Esta Casa tem um papel fundamental para apontar e pressionar por medidas que visem a diminuir e muito essa aflição por que os jovens da sociedade estão passando neste momento. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Wilson Batista - Obrigado por me apartear.

Reforço aqui também o papel do Deputado na parte externa da Assembleia Legislativa. Estamos organizando, no dia 9 de junho, uma grande audiência pública para tratar de urgência e emergência na cidade de Muriaé. Sabemos que a urgência e emergência é a parte fraca, vulnerável de um hospital. Vemos hoje um número de pacientes enfrentando filas em momentos de urgência. Vimos, no ano passado, o dinheiro que o governo do Estado gastou transportando pacientes até de helicóptero do interior para a Capital por falta de leito de UTI.

Então, sabemos que a saúde tem de avançar muito ainda. Precisa de um debate específico destinado a resolver, principalmente, problemas em áreas em que a população ainda carece tanto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores telespectadores, gostaria, no meu discurso, aqui, hoje, de relatar um pouco da viagem que fiz à Espanha, acompanhado do Deputado Carlos Mosconi, no seminário de cooperação técnico e político do Brasil e Espanha. Fui especialmente interessado nas questões relativas a soluções encontradas pelos espanhóis para o saneamento e para as questões ambientais.

Como já disse aqui, outras vezes, quando fui Prefeito fui também Presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas e lutamos muito, os Prefeitos de toda região, para a solução dos problemas graves de saneamento que temos na nossa região, não só ligados ao tratamento de esgoto, mas também ligados aos resíduos sólidos e ao lixo. Conseguimos, com muita luta, recursos para elaborarmos projetos executivos de tratamento de esgoto, de resíduos sólidos e de drenagem das águas das chuvas, para evitarmos os constantes acidentes com as enchentes que todo verão acontecem no nosso Estado, especialmente na nossa região. São 52 Municípios nas margens do Lago de Furnas, todos com problemas graves de poluição.

Uma das riquezas mais importantes do nosso país é a abundância de água. Minas Gerais é a caixa d'água do Brasil. Assistimos muito preocupados à falta de investimento no saneamento. Mais de 70% dos Municípios do nosso Estado não têm saneamento. Levei os projetos que já conseguimos fazer com recursos da Copasa, do Ministério das Cidades. Por meio de Furnas, conseguimos elaborar os projetos e agora estamos buscando recursos para executá-los. Queremos que o Lago de Furnas, que carinhosamente chamamos de mar de Minas - Minas tem mar, sim, senhor, é um mar de água doce - , seja um mar de água limpa.

O grande potencial de turismo que a nossa região tem, que o nosso Estado tem deve ser aproveitado. Para isso, precisamos cuidar do meio ambiente. E não só por isso, mas por uma questão de saúde também.

Sabemos que mais de 70% das internações hospitalares do Brasil são devidas à água não tratada. Nosso Estado tem condições de ser referência em saneamento no País. Isso é até mesmo uma responsabilidade, pois temos as águas mais importantes do País.

Levei esses projetos às audiências de empresas espanholas que atuam no saneamento e nas questões ambientais no Brasil. Em Santander e em Madri pude ver estações de tratamento de esgoto, soluções para o resíduo sólido, o lixo. Além disso, acompanhei a preocupação fantástica dos espanhóis com a saúde, pois realmente saneamento é saúde. A ONU diz que para cada real investido em saneamento economizam-se R\$4,00 em saúde. Isso realmente é verdade. Lá pude observar a extrema preocupação que os espanhóis e as pessoas de outros países que acompanhavam o seminário têm com o saneamento, a limpeza pública, a conscientização e a educação.

Os espanhóis investem muito no saneamento, na conscientização e na educação por meio de campanhas educativas. Ficamos admirados com o nível de conscientização daquele povo. Acho que podemos conseguir isso aqui no Brasil, especialmente numa região com tantos rios como esta.

Pouco antes de viajar, estive na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo levando a proposta aprovada pela Mesa desta Casa de criação de uma comissão interestadual para as Bacias dos Rios Grande e Paraíba do Sul. Fui muito bem recebido pelo Deputado Barros, Presidente da Assembleia. Com 15 parlamentares paulistas, montamos rapidamente a comissão para discutir o saneamento e a recuperação dos nossos rios.

Fiquei muito contente com a atenção que os espanhóis deram aos nossos projetos. Espero que em pouco tempo tenhamos respostas bastante positivas.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, primeiramente queria agradecer o aparte e, depois, cumprimentá-lo pelo uso da tribuna em assuntos tão importantes. Se me permite, neste aparte queria dizer que a base do governo sucessivamente citou o meu pronunciamento como se tivesse partido de nós, do Bloco Minas sem Censura, alguma crítica ao episódio que envolveu o Senador Aécio Neves. Gostaria de dizer que ninguém do nosso partido fez qualquer menção ao episódio, à exceção de uma questão de ordem a respeito da supressão da notícia do "clipping", nossa velha luta pelo direito à informação. Ninguém fez qualquer censura, avaliação ou juízo de valor. Talvez o que estivesse na cabeça dos governistas fosse o fato de se fazer o "abafômetro", digamos assim. Dizem: "Vamos abafar o que ocorreu". No entanto, quiseram abafar o que não aconteceu. Não houve nenhuma crítica por parte da Oposição, nenhum levantamento de questão.

É claro que em algumas questões subjacentes, como, por exemplo, sobre a rádio que era proprietária do veículo, se ela recebe ou não dinheiro público, temos de nos aprofundar. Mas não houve por parte de nenhum Deputado da Oposição, muito menos da minha,



qualquer menção ao episódio. Sempre lutamos pelo direito à informação. Questionamos na questão de ordem formulada oficialmente pelo Bloco Minas sem Censura a supressão das notícias pelo “clipping” da Assembleia e a diminuição do volume do rádio ocorrida no prédio do Edifício Tiradentes. O Deputado Gustavo Valadares disse que nunca viu isso. É óbvio, se ele está no Plenário, não ouvirá o que acontece no Edifício Tiradentes. Por óbvio, não poderia verificar o que estava ocorrendo.

Fizemos a questão de ordem, que foi entregue à Mesa. Tenho certeza de que a Mesa tomará as providências necessárias. Insisto que, da nossa parte, não houve qualquer avaliação. No entanto, no afã de levar à frente o “abafômetro”, a base do governo trouxe o assunto à baila. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Sávio Souza Cruz. É interessante também como situações simples da vida do político como cidadão acabam ganhando dimensões bastante dramatizadas. Realmente, não ouvi aqui questionamento algum de companheiro da Oposição sobre o fato em si. Apenas a ponderação dessa questão de ordem. É importante que o Deputado Sávio Souza Cruz ponha as coisas dessa forma. Do contrário, pode parecer que queríamos aproveitar do fato para fazer algum tipo de proselitismo. E não é o caso. Precisamos estar atentos, pois muitas coisas que nós, políticos, fazemos ou que acontecem na vida de qualquer cidadão podem tomar contornos e interpretações muito exageradas. Não quero fazer análise alguma sobre o que ocorreu com o Senador Aécio Neves. A imprensa tem tratado bastante disso. Se há algumas questões ligadas à comunicação, é preciso esclarecer. O papel da Oposição é este mesmo: esclarecer e cobrar respostas. Portanto, é nesse sentido que o requerimento de V. Exa. foi apresentado.

Dando continuação à minha preocupação, falarei sobre a questão do saneamento, pois esse é um compromisso de luta e quase uma obsessão. Fiquei abismado com o que ocorreu no Rio de Janeiro. Uma estação de tratamento de esgoto - ETE - arrebentou e inundou a cidade, causando um tremendo constrangimento. Isso é terrível e nos faz refletir sobre um assunto que é também importante. Das poucas ETEs construídas no Brasil, boa parte não funciona nem possui critérios técnicos ou condições de serem operadas. Esse é um problema sério, pois trata-se de gasto de dinheiro público. Tenta-se, às vezes, resolver, com boa intenção, o problema, mas há muitas ETEs no nosso Estado ou no nosso país que simplesmente não funcionam, consumiram recursos públicos e não cumprem sua finalidade, que é o tratamento de esgoto.

Na terça-feira, nós, da Comissão de Assuntos Municipais, a pedido do Presidente da Câmara, estaremos em Caxambu para ouvir o desejo da comunidade quanto à construção de casas próprias. Só que a Copasa não está disposta a fazer a ligação dos esgotos nem da água. Não sei se é bem isso. Como disse, iremos até lá para ouvir a comunidade. Convidamos a Copasa a se pronunciar. Na verdade, essa é uma preocupação. Imaginem não haver tratamento de esgoto em Caxambu, que é uma cidade conhecida no mundo inteiro pelas suas águas. Imaginem não ser possível construir casas para a população de baixa renda por meio do programa Minha Casa, Minha Vida porque não há tratamento de esgoto.

Na verdade, esse é um dos assuntos mais complexos, importantes e sérios do nosso Estado. Continuarei essa luta, que é muito importante. Sei que a maioria dos parlamentares desta Casa - aliás, muitos já foram Prefeitos em suas cidades - sabe dessa importância. Os Prefeitos querem tratar o esgoto e resolver o problema do saneamento ambiental. No entanto, não há dinheiro. No Brasil os recursos são escassos, daí a minha busca para tentar consegui-los, quem sabe, com empresas espanholas. Para que nos ajudem, participei de uma reunião com a empresa OHL. Espero que consigamos em breve obter resultados.

Concedo aparte ao Deputado Carlin Moura. Não? Logo, concluindo, agradeço ao Presidente Dinis Pinheiro e a esta Casa terem confiado em mim, na minha representação nesse seminário na Espanha. Todas as vezes que usarmos a palavra nesta tribuna será nossa missão, nosso compromisso e desafio falar sobre saneamento, saúde e qualidade de vida para o povo do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/4/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

nomeando Luciana Duarte Menezes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Luiz Eduardo Salomão Mendonça do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Luiz Eduardo Salomão Mendonça para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:



tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 21/4/11, que nomeou Maria Cristina Figueiredo de Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Transparência e Resultado;

nomeando Juliana Figueiredo de Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Transparência e Resultado;

nomeando Luciana Rios Silveira Rabello para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Transparência e Resultado.

Despacho do Gerente-Geral de Administração de Pessoal

Prorrogação do prazo de posse

Matheus Henrique Silva Santos - Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias a partir de 27/4/2011, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83. Deferido.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belta Tecnologia Ltda. - ME. Objeto: coleta, análise e diagnóstico de qualidade do ar interior dos ambientes do Palácio da Inconfidência e seus anexos. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 5/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90 -10.1



ERRATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/4/2011

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 15/4/2011, na pág. 105, col. 3, no “Sumário”, onde se lê:

“- Requerimentos da Deputada Luzia Ferreira, dos Deputados Celinho do Sinttrocel, Vanderlei Miranda, Elismar Prado (4), Rogério Correia e Luiz Humberto Carneiro e outros, da Deputada Rosângela Reis (4) e das Comissões de Política Agropecuária e de Defesa do Consumidor (4) -”; leia-se:

“- Requerimentos da Deputada Luzia Ferreira, dos Deputados Celinho do Sinttrocel, Vanderlei Miranda, Elismar Prado (4), Rogério Correia e Luiz Humberto Carneiro e outros, da Deputada Rosângela Reis (4) e das Comissões de Política Agropecuária e de Defesa do Consumidor (5) -”.

Na pág. 114, col. 4, sob o título “REQUERIMENTOS”, após o requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, acrescente-se o seguinte requerimento:

“Da Comissão de Defesa do Consumidor solicitando seja encaminhado à BHTRANS pedido de informações sobre os contratos assinados nos exercícios de 2010 e 2011 para instalação de radares em Belo Horizonte, bem como sobre os estudos técnicos de viabilidade da instalação de tais radares. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Defesa do Consumidor. Anexe-se ao requerimento sem número da referida Comissão, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 21/4/2011, pág. 135, col. 4, sob o título “Gabinete do Deputado Sebastião Costa”, onde se lê:

“Humberto Giovanni V. Silva”, leia-se:

“Humberto Giovanni Verona Silva”.